

PERCEPÇÕES DE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E AS METAS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre a sustentabilidade remetem a necessidade sobre o uso responsável dos recursos naturais, sendo que o futuro e o presente devem ser assegurados de forma combinada (LOBATO, NEIVA, 2022). Considerando que os recursos naturais são finitos, é preciso garantir que as próximas gerações tenham o direito a continuidade da vida (Olsson; Kruger, 2021). O setor público deve criar alternativas e soluções para servir a sociedade de forma sustentável (AFONSO *et al.*, 2023), especialmente porque as práticas sustentáveis podem influenciar o setor privado e toda a sociedade (SOARES, 2019).

Visando o desenvolvimento sustentável a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu as metas globais de sustentabilidade, a partir da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais além de direcionarem ações e atitudes das organizações com efetivos resultados (COSTA; FERREZIN, 2021). Nesta senda, as entidades públicas devem ser exemplo e promotoras na implementação dos valores da sustentabilidade (Soares, 2019). A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surge como projeto norteador para fomentar atitudes, práticas e a consciência sustentável entre os gestores públicos, alinhando-os aos preceitos da Agenda 2030 e dos ODS (MMA, 2024).

Soares *et al.* (2018) evidenciam que a A3P estimula os gestores públicos a adotarem práticas de gestão socioambiental visando à economia de recursos e redução de gastos, por meio do uso racional dos bens públicos, gestão de resíduos, licitação sustentável e promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

As contratações públicas representam cerca de 12% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, segundo o Ministério da Economia (2024). Isto demonstra a dimensão de alcance da A3P, tanto nas pessoas como na gestão dos recursos públicos. Além disso, as empresas que fazem negócios diretamente com o governo, deveriam ser cobradas a adotar padrões sustentáveis de operação (SANTOS *et al.*, 2024). Neste contexto emerge a problemática da pesquisa: Qual a percepção de consciência ambiental dos servidores estaduais de uma organização do poder executivo do Estado do Paraná em relação as metas da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)? Com o objetivo de analisar a percepção de consciência ambiental dos servidores estaduais de uma organização do poder executivo do Estado do Paraná em relação as metas da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Justifica-se a relevância do estudo para auxiliar na análise das percepções e da conscientização dos servidores públicos (SOARES, 2019; SANTOS *et al.*, 2024). Espera-se contribuir com a compreensão da importância das metas da A3P e seu alinhamento com a Agenda 2030 e os ODS. Sob uma perspectiva pragmática, observa-se uma escassez de estudos que associem a A3P e sua aplicação em instituições do poder executivo, o estudo contribui para subsidiar as análises da sua possível aplicação em uma instituição Pública do Estado do Paraná. Neste sentido, a análise pode contribuir com outras discussões e fomentar novas iniciativas de apoio a adoção da A3P pelos órgãos públicos.

2 SUSTENTABILIDADE E A AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

Em 1987 surge pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável, na apresentação do relatório “*Our Common Future*” (Nosso Futuro Comum), também conhecido como Relatório *Brundtland*, elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e

Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), definindo o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (OLSSON; KRUGER, 2021).

No contexto das organizações, as discussões passaram a exigir das empresas postura socioambiental responsável, considerando os três pilares da sustentabilidade ou *triple bottom line*, com abordagem das perspectivas econômica, social e ambiental, para garantir que as atividades econômicas sejam evidenciadas não apenas pelo desempenho financeiro, mas pela postura socialmente justa e ambientalmente correta (ELKINGTON, 2004). Os aspectos econômicos se vinculam aos valores sociais e culturais e o justo compartilhamento de custos e benefícios. Enquanto os aspectos ambientais se referem ao uso e conservação dos recursos naturais, visando a preservação dos ecossistemas (COSTA; FERREZIN, 2021).

Outro marco importante nas discussões de desenvolvimento sustentável foi a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável na Assembleia Geral da ONU de setembro de 2015, que estabeleceu as metas globais para 2016 a 2030, definidos na Agenda 2030 por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (NAÇÕES UNIDAS, 2024). Segundo Almeida *et al.* (2023), os ODS representam uma agenda para o desenvolvimento sustentável, sendo um guia para a diplomacia econômica mundial, visando orientar as lideranças e os países.

De forma geral, as organizações públicas e privadas devem contribuir com ações e práticas adequadas para implementar políticas ambientais e práticas sustentáveis (SOARES, 2019). Há um reconhecimento da importância de promover a conscientização ambiental e fomentar uma cultura voltada para o desenvolvimento sustentável nas organizações. Além disso, é relevante o engajamento coletivo para o desenvolvimento sustentável a longo prazo, e a influência ambiental exercida pelas organizações (SANTOS *et al.*, 2024). Ecoando essa percepção os governos propõem programas e projetos que visam promover práticas sustentáveis dentro da gestão pública, dentre elas está a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2024).

A A3P foi desenvolvida em 1999, apenas como projeto, com fulcro de implantação de novos conceitos de gestão ambiental, visando contribuir com melhorias no processo de produção e consumo. Após dois anos o projeto galgou *status* de programa e agregou o objetivo da edificação de nova cultura institucional nas organizações públicas, em consonância com as premissas e as recomendações da Agenda 21 e os 8 objetivos do Milênio (KRUGER *et al.*, 2021). O Programa A3P, não se limita a uma esfera ou instância, podendo ser aderida pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, quer seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Por ter caráter voluntário, não dispõe de dispositivo coercitivo para implantação (MMA, 2024). O Quadro 1 evidencia os eixos da A3P e suas premissas:

Quadro 1: Eixos e premissas da A3P

| Eixos da A3P | Premissas/objetivos |
|--|---|
| Eixo 1: uso racional dos recursos naturais e bens públicos | Racionalidade do uso da energia, água, madeira, papel, copos plásticos e outros materiais de expediente |
| Eixo 2: gestão adequada dos resíduos gerados | Prevenção e a redução na geração de resíduos, com aumento da reciclagem e da reutilização e a destinação correta dos rejeitos |
| Eixo 3: qualidade de vida no ambiente de trabalho | Visa o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores a fim de sanar suas necessidades |
| Eixo 4: compras públicas sustentáveis | Estimular a aquisição de serviços e produtos socioambientais responsáveis |
| Eixo 5: construções sustentáveis | Medidas adotadas com foco em sustentabilidade para reduzir os impactos negativos sobre o meio ambiente, promove economia de recursos naturais e melhora a qualidade de vida dos seus ocupantes. |
| Eixo 6: sensibilização e capacitação dos servidores | Criar e perpetuar uma consciência cidadã e de responsabilidade socioambiental |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de MMA (2024).

Estudos anteriores corroboram com a relevância da implementação da A3P na esfera pública (VIEIRA; MEDEIROS, 2020; CARVALHO *et al.*, 2021; VIEIRA; SILVA, 2022; AFONSO *et al.*, 2023). Neste contexto, Vieira e Silva (2022), afirmam que o setor governamental deve ser proativo em relação às questões ambientais, por ser ele responsável pela política e controle ambiental do país.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente este estudo é caracterizado como uma pesquisa descritiva, uma vez que busca descrever a percepção ambiental dos profissionais de uma instituição pública. A pesquisa possui abordagem de levantamento ou *survey*. Aplicou-se um questionário aos policiais militares que trabalham na organização castrenses em estudo. O Questionário da pesquisa foi adaptado do estudo de Santos *et al.* (2024). A aplicação de questionários ocorreu em maio de 2024 atingindo a amostra de 35 respondentes. As respostas representam 44,8% do total de colaboradores da entidade. O questionário aplicado contemplou 32 questões, sendo: (i) 04 questões acerca da caracterização dos respondentes; (ii) 10 questões acerca da consciência ambiental; e (iii) 18 questões relacionadas a A3P.

Para análise pretendida buscou-se uma medição entre variáveis, a fim de reduzir incertezas e subjetividades a partir da quantificação, o que caracteriza a pesquisa como quantitativa. Após a aplicação do questionário, realizou-se a análise quantitativa das respostas, por meio de estatística descritiva, comparando-se as frequências absoluta e relativa, por meio de Tabelas e Figuras.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir das respostas do questionário aplicado identificou-se inicialmente a caracterização dos respondentes (tempo de atuação, idade, gênero e função exercida), posteriormente questionou-se sobre as percepções sobre as práticas voltadas à A3P e a consciência ambiental. A Tabela 1 apresenta a identificação dos respondentes.

Tabela 1: Caracterização dos respondentes

| Idade | Frequência relativa | Gênero | Frequência relativa |
|-------------------------|----------------------------|----------------|----------------------------|
| De 29 a 35 anos | 25,7% | Feminino | 14,3% |
| De 36 a 42 anos | 34,3% | Masculino | 82,9% |
| De 43 a 49 anos | 28,6% | | |
| Acima de 50 anos | 8,6% | Cargos | Frequência relativa |
| Tempo de atuação | Frequência relativa | Direção | 5,7% |
| De 2 a 5 anos | 31,4% | Chefia | 31,4% |
| De 6 a 10 anos | 25,7% | Analista | 31,4% |
| Acima de 10 anos | 11,4% | Administrativo | 31,4% |

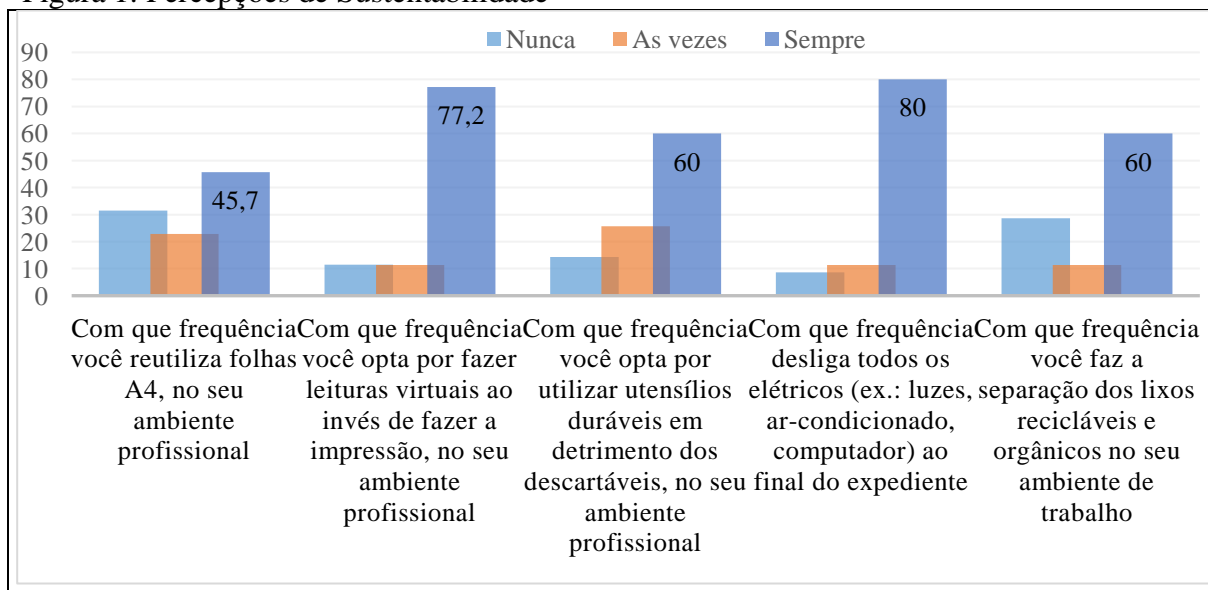
Fonte: dados da pesquisa.

4.1 PERSPECTIVA DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Para melhor compreender a consciência ambiental da amostra, explorou-se no questionário quesitos que pudessem transmitir essa percepção. Investigando a percepção sustentável dos participantes, inquiriu-se sobre alguns comportamentos destes, o que se apresenta a Figura 1. Depreende-se deste que há práticas sustentáveis da maioria ao observar que 31,5% declaram não reutilizar folhas A4 impressas e que 77,2% optam pela leitura virtual à impressa. Ainda, apenas 8,6% disseram que nunca desligam todos os elétricos ao final do expediente. No mesmo raciocínio tem-se que 60% optam por usar utensílios duráveis, ainda

que em graus de frequências diferentes. No que tange a separação dos resíduos, 28,6% afirmaram que não o fazem.

Figura 1: Percepções de Sustentabilidade



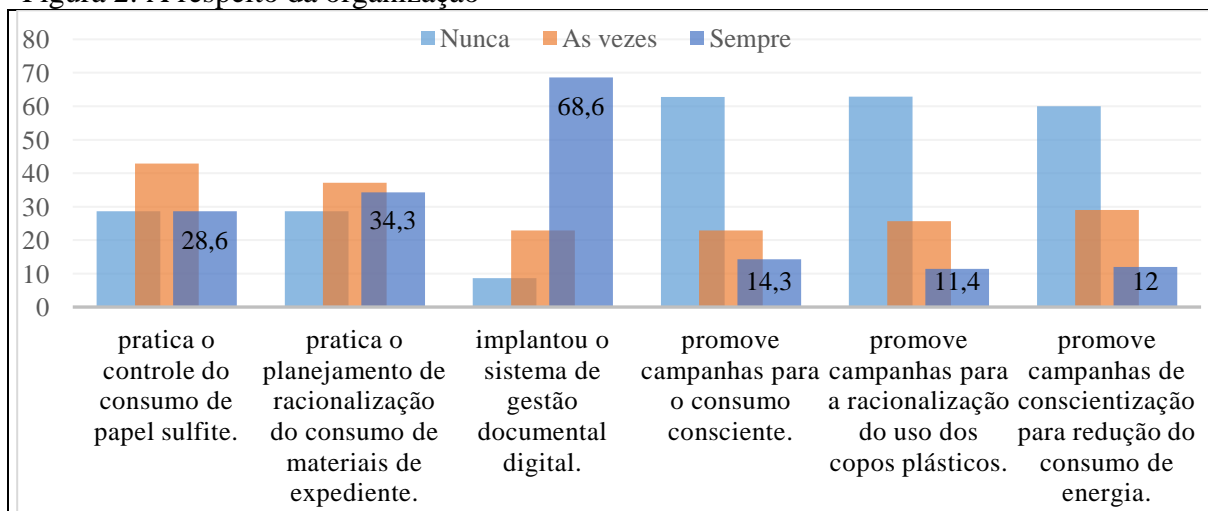
Fonte: Dados da pesquisa.

Estudos anteriores indicam pouca divergência dos dados coletados, transparecendo uma relativa homogeneidade entre as percepções de sustentabilidade (VIEIRA; MEDEIROS, 2020). Destaca-se a baixa frequência de reutilização de folhas A4 se comparado a outros estudos (Soares *et al.*, 2018). Em contrapartida a frequência de utilização de utensílios duráveis em detrimento dos descartáveis e do desligamento de todos os elétricos e eletrônicos ao final do expediente tem índices maiores quando comparado a outras pesquisas.

4.2 PERSPECTIVA DA A3P NA ENTIDADE ESTUDADA

Ao explorar a perspectiva da A3P na entidade estudada, os dados revelaram lacunas importantes a serem desenvolvidas que serão apontadas no decorrer.

Figura 2: A respeito da organização



Fonte: Dados da pesquisa

Extrai-se da Figura 2 que o controle de consumo de papel sulfite e do planejamento e racionalização do consumo de material de escritório é percebido por apenas 28,6% e 34,3%, respectivamente, dos participantes. Por outro lado, 68,6% afirmaram que foi implantado um sistema de gestão documental digital. A respeito das campanhas para consumo consciente, racionalização de uso de copos plásticos, de redução de consumo de energia e de água, mais de 60% entendem que elas não ocorrem. Estes aspectos relacionam-se com o Eixo “uso racional dos recursos naturais e bens públicos” havendo expressiva carência de desenvolvimento. O eixo gestão de resíduos requer atenção e incentivo. Em que pese há aspectos positivos a se destacarem, como a gerência digital de documentos, há outros que requer melhorias expressivas, como o controle do consumo de folhas A4.

É possível inferir que há, por parte dos servidores, uma consciência ambiental incipiente visto que expressam compreender a importância das ações, porém não demonstram engajamento que elas ocorram. Tal questão é justamente decorrente da conscientização dos servidores, ou sua ausência, que é um dos eixos da A3P – Sensibilização e Capacitação dos servidores. Ratifica-se o constatado sobre a consciência ambiental dos servidores participantes em relação à A3P, que embora declarem saber o que é sustentável, desconhecem o que é a A3P (51%). De forma geral, os resultados indicam que há uma carência em diversas ações de sustentabilidade por parte da entidade o que é justamente a proposta da A3P, fomentar ações e consciência sustentáveis. Entende-se que a instituição é um caso concreto para o qual a A3P foi desenvolvida e cuja adesão supriria ou mitigaria diversas lacunas apontadas pelos resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo explorou a percepção de consciência ambiental de servidores públicos de uma organização do Poder Executivo do Estado Paraná em relação as metas da Agenda Ambiental na Administração Pública. Para tanto, com um questionário direcionado a esses profissionais coletou-se dados que imprimissem as informações necessárias às conclusões pretendidas.

Observou-se que 51,4% dos entrevistados desconhecem a A3P e suas metas, embora 62,9% deles afirmaram ter algum conhecimento sobre sustentabilidade, maior do que o apontado em outras pesquisas. Eles, ainda, mostraram que suas atitudes são convergentes à comportamentos sustentáveis, como o índice de 77,2% que optam pela leitura virtual à impressa, 60% que optam por usar utensílios duráveis, 80% afirmaram desligar todos os eletrônicos e elétricos ao final do expediente e apenas 28,6% que afirmaram não fazer a separação de resíduos. Embora 80% afirmaram que é muito importante possuir cartilhas educativas sobre sustentabilidade e promoção de ações anuais para sensibilizar os servidores sobre sustentabilidade, menos de 40% concordam com o plano de capacitação, para as cartilhas a concordância é inferior a 30%, índice semelhante sobre as ações anuais para as ações de sensibilização sobre sustentabilidade.

Destaca-se que há um anseio dos servidores para um engajamento da entidade em termos de sustentabilidade, uma vez que 94,3% acreditam ser importante manter o ambiente equilibrado para o futuro e mais de 85% acreditam que a organização tem significativo potencial para contribuir com a sustentabilidade e que a organização poderia equipar e instruí-los para práticas sustentáveis e que a instituição pode ser um modelo de gestão sustentável para a sociedade. De mesma forma almejam que a entidade faça adesão a Agenda Ambiental na Administração Pública.

Por outro viés, constata-se que a organização tem poucas ações sustentáveis, ou convergentes aos eixos da A3P. Os maiores déficits constatados estão relacionados às construções sustentáveis e a sensibilização e conscientização dos servidores. Os resultados indicam que o programa A3P pode ajudar a entidade na promoção de ações de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, D. L. V.; PACHECO, I. B. G.; BRAGA, I. L. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) Aliada à Gestão do Conhecimento: Caso Prático da Ecoligação. **Revista Gestão Organizacional**, v. 16, n. 3, p. 216–233, 2023.
- ALMEIDA, P. S.; RIBEIRO F. N. D.; COTTA, E. L. V. Sustentabilidade, Mobilidade e Análise dos ODS-AGENDA 2030 para uma Cidade Sustentável: Breve Estudo do Município de São Paulo. **Revista de Direito e Cidadania**, v. 15, n. 4, p. 2024–2043, 2023.
- CARVALHO, A.; LEITÃO, J.; MARQUES, I.; PEREIRA, D. Public Administration and Values Oriented to Sustainability: A Systematic Approach to the Literature. **Sustainability Review**, v.13, n. 2566, p. 2-27 2021.
- COSTA, E.; FERREZIN, N. B. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. **Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo**, v.2, n. 24[S. l.], p. 79-95, 2021.
- ELKINGTON, J. **The Triple Bottom Line**. 1ª. ed. Londres: Routledge, 2004.
- KRUGER, S. D.; PFITSCHER, E. D; FREITAS, C. L. PETRI, S. M., Gestão Ambiental Em Instituição De Ensino Superior - Uma Análise Da Aderência De Uma Instituição De Ensino Superior Comunitária Aos Objetivos Da Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3P) **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 4, n. 3, p. 44-62, 2011.
- LOBATO, J. A. M.; NEIVA, R. C. S. Organizações, Discursos e Práticas em Sustentabilidade: Estudo da Comunicação Sobre o Desenvolvimento Sustentável em Relatórios Corporativos. **ORGANICOM**, v.19, n.39, p. 71-87, 2022.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Ministério da Economia assina acordo em contratações públicas com agência americana de comércio e desenvolvimento. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/janeiro/economia-assina-acordo-em-contratacoes-publicas-com-agencia-americana-de-comercio-e-desenvolvimento>. Acesso em: 7 abr. 2024.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Agenda Ambiental da Administração Pública**. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/>. Acesso em: 09 mar., 2024.
- OLSSON, G.; KRUGER, S. D. Governança Corporativa e Externalidades: Um Olhar sobre o Desenvolvimento Pluridimensional na Agenda 2030. **Revista eletrônica do curso de direito da UFSM**, v. 16, n. 2, p. e39752-e39752, 2021.
- SANTOS, E. A.; KRULY, L. B.; KRUGER, S. D.; SALLABERRY, J. D. Atitude ambiental e Sustentabilidade são Influenciadas por Políticas Ambientais Organizacionais? Uma Investigação com Servidores Públicos. In: USP International Conference Accounting, 24, 2024. **Anais...** São Paulo, 2024.
- SOARES, R. M. B. S. Ambiente e práticas de sustentabilidade: Implementação da agenda ambiental na administração pública (A3P) como estratégia de gestão ambiental. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**. v.13, n.1, p.44 - 50, 2019.
- VIEIRA, M. C. S; MEDEIROS, L. G. Estudo de caso sobre a adesão de uma instituição de ensino superior a agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Tecnologia e Sociedade**, v.16, n.45, p.272-283, 2020.
- VIEIRA, I. L.; SILVA E. R. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3A): Análise da Aderência de uma Autarquia Federal-Rio de Janeiro/RJ - Environmental Agenda in the Public Administration (A3P): Analysis of the Adherence of a Federal Autarky-Rio de Janeiro /RJ. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 11, n.1, p. 234-252, 2022.